



## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARICONHA – ALAGOAS. 18 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sede do Conselho Municipal de Saúde de Pariconha, situada na Rua Cícero Teixeira Lima, nº 50, Centro, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS). A presidente do Conselho, Ane Caroline Bezerra Dias, procedeu à abertura dos trabalhos após verificação do quórum regimental. Em seguida, a presidente, junto ao secretário executivo, apresentou a pauta do dia: **EXPEDIENTE 1.1 Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 1.2 Apresentação do Plano de Ação das Comissões.** A pauta foi **aprovada** por unanimidade e os trabalhos seguiram conforme programação. A presidente do Conselho Municipal de Saúde deu continuidade a reunião fazendo uso da palavra para ressaltar a importância dos documentos e relatórios para o fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública. A presidente facultou a palavra ao presidente da comissão de Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saneamento, José Gomes, que fez as seguintes considerações: No dia 02/10/2025, os membros da comissão de vigilância sanitária, meio ambiente e saneamento realizaram a primeira visita de inspeção na Unidade de Saúde do Conjunto Paulo Andrade. O objetivo da visita foi orientar para a melhoria contínua na qualidade e segurança, protegendo a saúde. Verificou-se a infraestrutura, equipamentos, processos e práticas assistenciais. Foram encontradas as seguintes inadequações na unidade de saúde: iluminação e ventilação insuficientes nas salas/consultórios do enfermeiro, médico e dentista; áreas de serviços encontravam-se com pisos danificados; Parte do mobiliário e do equipamentos encontravam-se quebrados e sem condição de uso. Verificou-se também inadequação da rampa de acesso, pois foi constatado que o piso era escorregadio e não havia corrimão, necessitando de adequação para evitar acidentes. Todos os profissionais estavam usando EPIs conforme preconizado. A presidente do CMS, que também preside a Comissão de Orçamento e Finanças, solicitou a palavra e apresentou as seguintes pautas e considerações: Ela expôs as pautas definidas na Reunião de número um da presente Comissão de Orçamento e Finanças destacando que o objetivo principal era construir um cronograma de atividades a serem realizadas ainda em 2025 e apresentadas na reunião ordinária de novembro. E que em seguida, os membros da comissão encaminharam a primeira pauta, referente ao orçamento da Vigilância Sanitária, destacando a necessidade de averiguar o repasse do dinheiro arrecadado por meio dos alvarás destinados ao setor. Para isso, foi trazida para reunião a informação de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**



que será elaborado um ofício dirigido à Secretária Municipal de Saúde, solicitando esclarecimentos, com prazo de 15 dias para resposta após o recebimento do documento. Em seguida, foi trazida pela presidente, a reunião ordinária do CMS, o segundo ponto de pauta definida pela Comissão de Orçamento e Finanças, que seria a solicitação dos extratos das contas da Saúde. Para tanto, os membros da comissão concordaram em encaminhar, em momento oportuno, após conclusão da solicitação da primeira pauta da comissão, que tratava sobre a oferta de medicamentos, um ofício à Secretária Municipal de Saúde requerendo os extratos de todas as contas do setor, também com prazo de resposta de 15 dias. Na sequência, a presidente mencionou o terceiro ponto de pauta, que trata dos contratos firmados com empresas fornecedoras de medicamentos. Os membros da comissão deliberaram que seria necessário solicitar, via ofício, os nomes das empresas licitadas, os contratos e seus respectivos valores. Além disso, pediram que sejam prestados esclarecimentos sobre os atrasos nas entregas dos medicamentos. A presidente reforçou ainda a importância de solicitar o valor atualizado do recurso federal destinado à farmácia básica e quanto está sendo complementado pelo município, estabelecendo igualmente o prazo de 15 dias para retorno. No prosseguimento da reunião, a presidente facultou a palavra para que a Presidente da Comissão de Saúde do Trabalhador, Recursos Humanos e Ciência e Tecnologia apresentasse sua explanação sobre os planos da comissão. A presidente Eliane Lima expôs que foram realizadas algumas tentativas de reunião ao longo do período, mas destacou que, mesmo após os encontros e as deliberações feitas anteriormente, permanece um problema recorrente: a dificuldade em registrar oficialmente as ações definidas pelo grupo. Ela explicou que, pelos mesmos motivos já mencionados em outras ocasiões, a falta de recursos tecnológicos entre alguns membros e a pouca familiaridade de outros com a elaboração de documentos, os registros formais não foram produzidos. Apesar disso, os membros da comissão encaminharam que algumas visitas, assim como determinadas solicitações, chegaram a ser debatidas e deliberadas pelo coletivo, embora não tenham sido consolidadas em documentos oficiais. Na sequência, a conselheira Eliomar dos Santos solicitou a palavra para apresentar questionamentos referentes à situação do fornecimento de medicamentos no município. Em sua fala, manifestou preocupação com o não recebimento de determinados medicamentos e questionou de que forma a gestão municipal de saúde seria oficialmente comunicada sobre essas ocorrências. A conselheira solicitou, de antemão, à presidente do Conselho Municipal de Saúde, Ane Caroline Bezerra Dias, que fosse formalizado o encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde, de modo a registrar oficialmente a ausência na entrega dos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**



medicamentos e cobrar as devidas providências. Em seguida, o conselheiro Ezequiel Pereira fez uso da palavra e relatou ter recebido diversas manifestações da população, informando que, diante da falta de oferta de medicamentos na rede pública, muitos usuários não possuem condições financeiras para adquiri-los por meios próprios. Diante dessa situação, o conselheiro levantou o questionamento sobre quais medidas estão sendo adotadas pela gestão municipal de saúde para garantir o acesso da população aos medicamentos essenciais enquanto persistem os atrasos ou a ausência no fornecimento, e de que forma o município pretende assegurar o direito à assistência farmacêutica aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica. Após amplo debate e esclarecidos os pontos levantados, a presidente do CMS deliberou o encaminhamento dos ofícios correspondentes, tanto para solicitação de esclarecimentos quanto para ciência da Secretaria Municipal de Saúde acerca das ações e deliberações das comissões, conforme discutido e aprovado em plenária, e dessa forma submeteu os encaminhamentos à votação, sendo a decisão **tratada e aprovada** por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Cicero Mayk Ferreira Bezerra de Oliveira, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.



Documento assinado digitalmente  
ANE CAROLINE BEZERRA DIAS  
Data: 24/12/2025 08:39:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ane Caroline Bezerra Dias  
Presidente do CMS



Documento assinado digitalmente  
CICERO MAYK FERREIRA BEZERRA DE OLIVEIRA  
Data: 23/12/2025 10:33:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cicero Mayk F.B. de Oliveira  
Secretário Executivo do CMS